



PENAS DE PRISÃO NA HABITAÇÃO AUMENTAM MAS NÃO AUMENTA O NÚMERO DE TÉCNICOS NA VIGILÂNCIA ELECTRÓNICA

De acordo com os dados da Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, recentemente revelados, o número de detidos com pena de prisão na habitação (PPH), com recurso a pulseiras electrónicas, aumentou exponencialmente, desde que esta medida foi criada em 2017, por lei da Assembleia da República.

Só no caso de penas superiores a dois anos, desde que entrou em vigor, em Novembro de 2017, até 30 de Abril passado, a medida foi aplicada a 1171 casos, enquanto que, anteriormente, a pena de prisão na habitação foi aplicada em média, em 150 casos.

A este significativo crescimento do número de penas de prisão na habitação, somam-se outras penas e medidas fiscalizadas por vigilância electrónica que, entre 2017 e 2018, registaram também no conjunto, um significativo aumento.

Apesar desta evolução na utilização da vigilância electrónica, o Governo não deu, até hoje, quaisquer sinais no sentido do reforço dos recursos humanos, designadamente, dos técnico-profissionais de reinserção social, responsáveis pela execução das penas e medidas cautelares, continuando o seu número a cifrar-se em pouco mais de 80 trabalhadores, espalhados por todo o País.

Por outro lado, a carreira de técnico-profissional de reinserção social, em que estão inseridos, não responde no plano dos salários e da promoção profissional às exigências funcionais e à complexidade do contexto em que são exercidas, pelo que se impõe há largo tempo a sua valorização, o que até ao presente o Governo recusou fazer.

Importa ainda realçar que a este aumento da actividade da vigilância electrónica, bem evidenciada pelos dados agora tornados públicos pela DGRSP, não corresponde um acréscimo de meios logísticos, designadamente, viaturas, que melhorem a eficácia do serviço e as condições de trabalho de quem ali labora.

Impõe-se assim que o Governo, adopte um conjunto de medidas que visem o aumento do número de efectivos na vigilância electrónica; a valorização da carreira de técnico-profissional de reinserção social; a melhoria das condições de trabalho na vigilância electrónica.

O Gabinete de Informação